
O “campo” dos profissionais de museologia em Portugal. Identidades e representações de si mesmo

Margarida Lima de Faria¹

Resumo

A presente comunicação visa a apresentação dos resultados de um estudo sobre Profissionais de Museus* no contexto do cenário museológico português da actualidade e este tomado nas suas dimensões nacional e local.

A partir de um conjunto de entrevistas a directores de museus, proceder-se-á ao levantamento de algumas questões que permitem discutir as suas representações de “museu”, de “serviço público” (na sua controversa complexidade), ainda a representação de si próprios como profissionais inseridos em “campos culturais” específicos por oposição a “outros”, a qual se articula em torno de algumas classificações (sendo especialmente interessante a que se refere ao binómio “conservador”/ “museólogo”).

Com esta comunicação procurar-se-á contribuir para uma Sociologia da Cultura em Portugal sobretudo a que se refere aos espaços da cultura institucionalizada e àquilo em que nestes se espelham as mais recentes formas de transformação cultural e social.

*No âmbito de um Projecto financiado pelo Programa POCTI da FCT.

Introdução

A análise socio-histórica do processo de institucionalização dos profissionais de museus afigura-se-nos *a priori* como um movimento lento, permeado por uma multiplicidade de contradições e de conflitos sociais que conduziram à definição de uma identidade profissional, afirmação de autonomia e reconhecimento social, enquanto grupo ocupacional distinto dos outros.

Optámos por uma matriz de análise qualitativa de discursos, de modo a isolar as estratégias dos grupos profissionais, assim como o contexto político e simbólico (representacional), subjacente aos processos da sua construção. A análise dos discursos dos profissionais permite, deste modo, detectar processos ideológicos de referência que criam quadros propícios de entrada de certos indivíduos, ou grupos, na profissão, ou definem as condições de pertença a sub-grupos profissionais (as *homologias profissionais* de que nos fala Pierre Bourdieu). Permite igualmente detectar outros fenómenos como o da “desprofissionalização” de certos grupos ou indivíduos (perda de poder e de prestígio), corolários inevitáveis dos primeiros.

Para fechar esta breve nota metodológica, acrescentamos que foram realizadas entrevistas a profissionais directores de museus, a partir de uma amostra, que, embora não representativa de todos os profissionais, contemplou a existência de diferentes tipologias definidas por relação com vínculos laborais (tutelas ora da administração local ora da administração central), diferenças geracionais, e diferentes bases de formação. Assim, efectuaram-se entrevistas semi-dirigidas a directores de museus de norte a sul do país, situados em regiões do litoral e do interior, e inscritos em realidades marcadas por diferentes tipos de cultura institucional.

Mobilizámos os quadros teóricos da Sociologia das Profissões para o desenvolvimento da análise dos profissionais de museus. Segundo Carapinheiro e Rodrigues, a constituição das

¹ Investigadora auxiliar, Centro de Etnologia Ultramarina Instituto de Investigação Científica Tropical; Professora auxiliar, Faculdade de Ciências Humanas Universidade Católica Portuguesa.

profissões decorre de: “(i) uma especialização de serviços, permitindo a crescente satisfação de uma clientela; (ii) a criação de associações profissionais, obtendo para os seus membros a protecção exclusiva dos clientes e empregadores requerendo tais serviços, isto é, estabelecendo uma linha de demarcação entre pessoas qualificadas e não qualificadas, fixando códigos de conduta e de ética para os qualificados; (iii) o estabelecimento de uma formação específica fundada sobre um corpo sistemático de teorias, permitindo a aquisição de uma cultura profissional” (Rodrigues, *Ibidem*).

Assim, na construção analítica da instituição museu, entrámos em consideração com toda a complexidade do *campo de produção* onde se inserem os seus profissionais, com as questões directamente ligadas ao campo profissional, mas também com questões de representação e de construção dos significados e de identidades inerentes às condições de pertença a um meio. Ou seja, interessaram-nos trajectórias sociais, no seio das quais cada indivíduo foi construindo o seu próprio projecto em interacção, ou de como cada “cultura pessoal” foi construída ao longo das trajectórias pessoais e, sobretudo, profissionais (Vieira 1999).

Segundo Carr-Saunders e Wilson, teóricos que desenvolveram o estudo das profissões na década de 30, do século passado, “uma profissão emerge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica fundada sobre uma formação especializada, dando resposta a necessidades sociais” (Rodrigues, 1997:8).

Procurou-se igualmente definir aquilo que Ricardo Vieira (Vieira, 1999), no seu estudo sobre professores, interpretou como “mente cultural”, constituída por um estilo cognitivo ou os variados modos de classificar o meio, em resultado de experiências e aprendizagens quotidianas, desta feita por relação com os profissionais de museus.

No caso dos museólogos, essa “mente cultural” está envolvida na definição de estratégias profissionais/pessoais que influenciam os poderes de decisão centrais ou locais em termos de elaboração de legislação, estruturação de cursos, ratificação de conhecimentos, quer formais quer informais, construção de sistemas coerentes de gosto. Ora, quer a noção de “campo profissional” quer a noção de “mente cultural”, se adequam a uma análise dos modos de representação de si próprio, e do lugar que cada um ocupa, por oposição ao outro e ao lugar do outro, assim como as perspectivas de alteração de posições individuais ou colectivas – os projectos de vida – dos profissionais próximos de ou na direcção dos museus portugueses.

1. Uma abordagem centrada na *estrutura* ou uma abordagem que coloca a ênfase no *processo*?

Graça Carapinheiro e Maria de Lurdes Rodrigues² referem-se, ainda, a duas grandes tendências no estudo das profissões: (i) a abordagem centrada na *estrutura*; (ii) a abordagem que coloca a ênfase no *processo*. A primeira refere-se à disposição dos diferentes grupos organizacionais na profissão; a segunda preocupa-se com a transformação de saberes formais em poderes profissionais (as práticas, a organização do trabalho, as formas de mobilidade e de integração).

Tentámos dar conta de ambas as dimensões (diacrónica e sincrónica) do fenómeno, por aquilo que uma acrescentará inevitavelmente à outra (a primeira reflectindo a longa duração - análise histórica; a segunda os contextos simultâneos de acção e de produção/reprodução desta realidade profissional - análise sistémica). Os diferentes grupos organizacionais estruturam-se na profissão ao longo de um processo que, muitas vezes, funciona em termos de ciclos e contraciclos de evolução. A essa evolução não serão alheios os esforços de democratização cultural das instituições da cultura dita cultivada que, malgrado terem sido de certo modo forçadas a adoptar novas linguagens comunicacionais, arrastando os profissionais a rever a exibição das suas competências académicas, nem por isso se transformaram em instituições “populares” mantendo o seu peso simbólico e de distinção originais.

² Carapinheiro e Rodrigues, *op.cit.* p. 157

Temos pois um sentido de *estrutura* e de *processo* que evoluem em conjunto de acordo com projectos que se vão definindo por adaptações sucessivas às quais não serão alheias as leis do mercado cultural ou as acções definidas a montante pelo poder político (sobretudo quando se trata de um poder centralizador no que se refere à cultura). Os profissionais implicados nos diferentes processos acabam por ter de articular as suas acções de acordo com estratégias profissionais mais ou menos oblíquas conforme se jogam no campo interno das grandes instituições e na malha hierárquica que as compõem, ou se jogam em campos mais frágeis e permeáveis, por exemplo os do poder local, sendo necessário construir e até “inventar” outro tipo de homologias profissionais tematicamente transversais, ou geográfica e politicamente transversais, buscando-as fora das fronteiras nacionais em articulações de dimensão espacial ou simplesmente quanto ao lugar ocupado na profissão.

2 - Profissão como espaço de sociabilidade

O quotidiano das práticas profissionais define-se, pois, por uma certa organização hierárquica do trabalho que, no caso dos museus, é mais simbólica do que propriamente institucional. Tratam-se de situações de poder definidas pela posse de saberes que circulam e são reconhecíveis no seio de grupos relativamente fechados, aquilo a que Bourdieu chama “a carga social da linguagem legítima” (Bourdieu, 1979: 250), e em áreas especializadas (domínio de conhecimentos e de técnicas a eles associadas) que organizam os profissionais em grupos (história, arte, arqueologia, etnografia, ciências naturais, ciências experimentais) no seio dos quais existe maior ou menor partilha, ou pelo contrário hermetismo, de saberes; ou ainda pela pertença a grupos geracionais e/ou a grupos associativos.

No “campo profissional” dos museus portugueses, a racionalidade social consubstancia-se na organização e frequência de encontros, na passagem por instituições universitárias (quer como docente quer como discentes), e finalmente na circulação entre as instituições e os acontecimentos. Há contudo um contexto de “reconhecimentos” sociais que se estende para além dos contextos institucionais, mais rígidos, e tende a estruturar-se em grupos relativamente homogêneos e que se constituem a partir da partilha de posições de distinção face a pessoas ou a acontecimentos particularmente marcantes, e porque são percebidos como ameaçadores para a sobrevivência profissional de cada grupo (estas situações acontecem como veremos em momentos de maior densidade e efervescência de projectos culturais não institucionais).

A *organização do espaço institucional* dos museus é, só por si, suficiente para explicar as hierarquias profissionais dentro do seu contexto estrutural. Há uma centralidade histórica do museu-edifício-instituição no espaço urbano. A especificidade deste contexto, constitui-o como espaço de construção de estratégias profissionais e de definição de limites à circulação dos diferentes actores nas suas estratégias de valorização profissional. A *circulação dos agentes* na profissão acaba por ser relativamente rígida pela compartimentação das tarefas. Quanto à *interacção e comportamentos* que se desenrolam no seio do campo profissional, há uma tendência para o alargamento da autoridade simbólica no topo da hierarquia, que tende a não estar circunscrita à figura de um “director”. No entanto, a posição de direcção permanece fortemente carismática confundindo-se com a “aura” da arquitectura (edifício) da colecção e de cada objecto (ou tesouro). A interacção e mobilidade social é, deste modo, mais fácil por patamares transversais sendo mais difícil no sentido vertical.

3.- Serviço à comunidade ou o investimento em saberes especializados

As profissões, como vimos, não formam grupos homogêneos. Uma das dimensões que definem as profissões conferindo-lhes especificidade é a do *serviço à comunidade* ou *serviço público*. No caso do museus, o serviço à comunidade tem um valor variável conforme o ambiente organizacional em que os agentes se movem. Esta postura altruísta choca em termos de poder simbólico, muitas vezes com a dimensão dos *saberes especializados* ou com as administrações demasiado burocráticas.

O investimento numa *autoridade ligada a um certo tipo de conhecimento legítimo*, o *capital cultural incorporado* a partir do *capital cultural objectivado* na designação de Bourdieu (1979: 252,253), no caso dos museus desenvolve-se a par com o valor patrimonial (o valor da colecção ou mesmo do objecto). O objecto de museu sendo, deste modo, portador de uma relação de distinção. Quanto mais “valiosa” é a colecção (quer no seio do campo artístico quer no campo científico e sobretudo numa dimensão nacional de património) tanto mais autoridade simbólica é atribuída a quem possui conhecimentos a seu respeito. Esta autoridade simbólica que é proporcional aos conhecimentos incorporados objectiva-se em distinções de competência reconhecidas no interior de cada campo, “assegurando um *lucro de distinção*, proporcional à raridade dos instrumentos necessários à sua apropriação, e um *lucro de legitimidade*, lucro por excelência, consistindo no facto de se sentir *justificado de existir* (como se existe), e de se *ser como deve ser* (ser)” (Bourdieu, 1979: 252) .

No entanto, este *investimento no conhecimento* de uns colide muitas vezes com o *serviço comunitário* de outros desencadeando reacções (tensões, conflitos) no seio do próprio grupo profissional. O valor atribuído a uma ou outra dimensão depende da situação histórica da comunidade que o museu serve (o país, o local, a região) e das forças sociais envolvidas em todo o processo.

4.- O papel do Estado na formulação de estratégias de profissionalização

Quanto ao papel do Estado na estrutura destas profissões, este é fundamental pela dependência que cria no fornecimento de serviços e de recursos assim como na criação e aplicação de normativos, cuja importância é directamente proporcional ao seu esforço centralizador. O Estado desempenha assim um papel, não negligenciável, na *configuração do grupo profissional*. Há contudo ciclos diferenciados de regulação estatal dos campos profissionais que no caso dos profissionais de museus coincidem com maior ou menor investimento na cultura no seu sentido institucional ou patrimonial. Há ainda alguma conflitualidade (mas em certos casos melhor sucedidos, pode-se falar em complementaridade) entre investimento estatal e investimento privado, que por sua vez espelham políticas de governação da cultura em cada contexto.

Por outro lado, a área da cultura é tradicionalmente uma área em que a posse de conhecimentos dos profissionais confronta-se muitas vezes com o desconhecimento dos governantes directamente implicados nas políticas culturais. Vincent Dubois (Dubois, 1999) mostrou como as políticas culturais estatais têm, no caso francês, lutado contra constrangimentos ligados à posse de conhecimentos no campo das artes e da cultura, que estão sobretudo na posse de produtores culturais que, fora do aparelho de Estado, os utilizam como capital simbólico e como forma de pressão. De acordo com Dubois, os profissionais da cultura vêem os governantes como incompetentes. Estes, por sua vez interiorizam, embora inconscientemente, a sua situação de incompetência o que os fragiliza no exercício da autoridade governativa.

5. Os desafios à autoridade profissional

Os desafios à autoridade profissional prendem-se: (i) com o domínio do processo de *vulgarização dos saberes* (nos casos em que essa autoridade reside basilamente na sua posse); (ii) com a *proletarização* ou assalariamento dos profissionais; (iii) com a sua *desprofissionalização*. No caso dos saberes dos profissionais de museus, essa possibilidade de enfraquecimento da autoridade profissional, pela vulgarização dos saberes, é menos “desafiadora” (que por exemplo no caso dos médicos), dado que os saberes mediatizados das colecções ou das temáticas expostas nos museus, ainda não competem com os conhecimentos especializados dos profissionais porque não os substituem no exercício da sua profissão, ou seja não há uma relação directa entre a sua posse e o dispensar dos serviços dos profissionais.

Prendem-se igualmente, com a *proletarização* ou *assalariamento* dos profissionais aos quais é subtraído poder simbólico, sobretudo quando lhes é retirada a possibilidade de decisão e de construção de estratégias profissionais pessoais. Este fenómeno agudiza-se em momentos em que os

órgãos de poder reforçam a fiscalização das suas acções colocando os profissionais em situações de perda de autonomia. O trabalho dos profissionais de museu no topo do poder de decisão (directores de museu ou próximo da direcção) é tradicionalmente um trabalho de autoria. Posto que provém muitas vezes do ambiente académico (do qual é por vezes apenas temporariamente dispensado e ao qual regressará um dia), em que a publicação de obra científica original de cunho pessoal é uma forma obrigatória de reconhecimento para progressão na carreira, substituindo esta prática pela de autoria de um projecto museológico a vários níveis. O director publica e assina a obra publicada e são-lhe atribuídas obras que marcam a organização da colecção, a sua investigação e exposição e até por vezes obras de maior relevo realizadas na própria estrutura do edifício com repercussões drásticas no planeamento global do museu. A proletarização ou assalariamento significa em boa medida, no caso dos museus, a passagem de uma situação em que se usufrui de algum carisma para a de anonimato, ou seja pela diluição do sujeito no trabalho de equipa ou pela sua total sujeição ao poder central ou local.

Ainda de referir o fenómeno de *desprofissionalização* decorrente da sujeição a outras formas de poder que se exercem no exterior das instituições ou na organização das próprias carreiras (dando ou não possibilidade de competição pela componente mais prática de exercício da profissão e de acumulação de saberes com base nalguma autonomia pessoal e de progressão). Trata-se da emergência de novos profissionais desligados da organização colectiva profissional mas que, sendo contratados para a realização de tarefas concretas, gozam de relativa visibilidade e consequente autoridade. Esta situação, no caso dos museus – com o surgimento dos comissários - tem, igualmente, contribuído para desafiar a figura profissional tradicional. Aqui *o serviço à comunidade*, realizado pelos novos profissionais (fortes em sentido instrumental e performativo mas que não passaram obrigatoriamente pela academia) sobrepõe-se à acumulação dos saberes no sentido mais académico do termo, pondo em causa os monopólios profissionais estabelecidos (ligados aos saberes) e a sua capacidade negocial.

À semelhança da situação identificada para a classe médica, por Carapinheiro e Rodrigues (1998), esta entrada abrupta de novos profissionais significou também a perda de controlo dos processos e, no caso dos museus, a criação de verdadeiros nichos de resistência - quer em termos organizacionais quer em termos dos conteúdos/discursos - num esforço de distinguir "nós" dos "outros" (*established and outsiders*). Por seu lado os grupos de criação não totalmente recente mas de entrada numa época de alguma desagregação da profissão, reagem enquanto geração, por um lado, e por outro formando parcerias de afinidades políticas e profissionais, reforçando através delas a sua própria estabilidade e autoridade simbólica.

O protagonismo de algumas figuras sobrepõe-se, deste modo, ao dos profissionais que adquiriram o capital simbólico em meio académico ameaçando a sua *desprofissionalização*, com efeitos (em termos de visibilidade profissional) a mais longo prazo. O seu carácter híbrido torna-os mais adaptáveis a processos de mudança.

6. O projecto profissional

O processo de construção da profissão está, assim, longe de ser linear sendo naturalmente uma consequência de modificações estruturais do país sobretudo nos campos da oferta e dos consumos culturais. Os vários conflitos e estratégias de negociação e aliança entre estes agentes sociais, assim como os momentos cruciais em que ocorrem os factos mais decisivos, apontam para a descontinuidade e contingencialidade do processo de profissionalização.



Figura 1. Esquema de Larson (Larson 1977) introduzimos três novas vertentes “controlo da jurisdição”, “controlo da formação” e “controlo da imagem”

Este esquema, correspondendo a uma visão actual do valor das trajectórias profissionais pessoais significa o rompimento com a inércia das profissões tradicionais. Larson refere que uma acção numa profissão em construção serve simultaneamente propósitos económicos e de status, posto que “as duas dimensões são inseparáveis”. O grupo profissional tem, deste modo, que tentar entrar numa espiral de interacção entre estes dois aspectos: a respeitabilidade social aliado com o sucesso económico. Estes dois aspectos são subjacentes à estratégia de “social enclosure” da qual os “inelegíveis” são excluídos do grupo e portanto é lhes negado acesso ao conhecimento, ao mercado e ao status, (MacDonald 1995).

Ora se o sucesso económico não é o aspecto mais visível do valor do profissional de museu (antes pelo contrário um profissional com sucesso económico é olhado com alguma desconfiança porque denota a participação em projectos paralelos ligados às indústrias da cultura), é em capital social que se dá o maior investimento jogando com a pertença a vários círculos profissionais.

Outro sub-objectivo do projecto profissional é o da *jurisdição*, ou seja, a participação na elaboração de diplomas legais que confirmam de algum modo legitimidade à sua prática.

Há ainda o sub-objectivo do *controlo da produção de produtores*. Trata-se de assegurar que o sistema de selecção de entrada na profissão corresponde a um treino, e socialização, apropriados, e que está de acordo com aquilo a que MacDonald chama de “modo profissional standardizado” (MacDonald, 1995:188).

Finalmente há o *investimento na imagem* para o exterior. É a consciência da existência de um *campo de representação* e a importância atribuída a esse campo. A profissão precisa de ser apresentada a um público de modo a que os seus membros sintam o reconhecimento do sua posição, e o seu sentido social.

7. Questões de formação e construção de um corpo de conhecimentos próprios da profissão

Como vimos, quando definimos “profissão”, o próprio conceito assenta na construção de um corpo de conhecimentos, ou “um corpo sistemático de teorias” (Rodrigues, 1997:8). O binómio conhecimento/ignorância remete-nos para questões de autoridade e confiança abordadas por Michel Foucault (Foucault, 1976/1994) quando analisa e discute as relações entre saber e poder nos campos da saúde, da sexualidade e da justiça, Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1979) quando utiliza o conceito de capital cultural para a definição de campo profissional, e Ulrich Beck (1992) que mostra até que ponto construímos sociedades ancoradas em relações de confiança no saber de profissionais, embora estes sejam geradores de situações de risco e de uma crescente auto-reflexividade sobre essas mesmas situações. Para Beck essas situações de risco e de perigo que caracterizam o processo de modernização, crescentemente globalizado, resultam, paradoxalmente, da intervenção dos saberes intelectuais e profissionais e dos seus efeitos negativos nas condições de vida humana.

Deste modo os profissionais que se caracterizam pelo domínio de saberes específicos, que lhes conferem poder e autoridade simbólica, enfrentam em simultâneo a crise dos próprios saberes que põe em causa a própria autoridade científica na qual se alicerçaram (os alimentos até aqui inócuos transformados em substâncias perigosas; os mares poluídos; os fertilizantes transformados em duradouras toxinas com consequências à escala mundial, etc., etc.). As fontes de riqueza (o átomo, química, tecnologia genética, etc.) transformadas em fontes de perigos imprevisíveis. A crise dos saberes levará, por uma perda estrutural de confiança, à crise das instituições que os reproduzem, se os especialistas forem democratizando a informação sobre os riscos que estão a ser produzidos.

8. Conservador ou museólogo? Representações de si no contexto dos profissionais dos museus portugueses

No “campo dos profissionais ligados a funções de direcção” dos museus portugueses, a utilização dos termos “conservador” ou “museólogo” constituem formas de auto-representação profissional. Estes termos estão ligados a modos de produção de uma identidade profissional perpassada de passado histórico e de significações sociais em contexto, que constituem um dos eixos mais estimulantes da análise dos processos de mudança que afectam esta profissão. “Conservador” ou “museólogo” parecem “arrumar” os profissionais dos museus portugueses não tanto em categorias (já que a carreira técnica está hoje equiparada à de conservador), mas em “culturas profissionais” distintas dado que há questões de representação simbólica fortemente impregnadas da escolha de uma ou de outra designação na sua auto-classificação.

Há igualmente uma organização do espaço físico em termos de espaços de circulação distintos os quais remetem para a situação de espaços públicos por oposição a privados. Se os “conservadores” circulam tradicionalmente nos espaços dos edifícios destinados à investigação (laboratórios, gabinetes, bibliotecas, restauro e reservas), os chamados “bastidores”, ou espaços privados da produção museal (com muito pouca relação com os espaços expositivos), é nos espaços públicos que o “museólogo” adquire visibilidade e é neles que ele vai querer ser visto pelos seus pares. O atravessamento dos espaços públicos define igualmente os comportamentos dos visitantes sendo a sua maior densidade factor de avaliação positiva de cada zona ou núcleo. Temos pois um espaço fortemente marcado (simbolicamente).

No entanto, as questões de reconhecimento de *status* profissionais, não são indissociáveis da aquisição de conhecimentos próprios para exercer determinada função. Os que se consideram “museólogos” dizem que os “conservadores” “não sabem nada de museus”. Para estes, o termo “museólogo” tem um sentido mais lato. Para os que se consideram “conservadores” e procuram reconhecimento enquanto tal, o *conservador* é “quase um super-ser que precisa de um número vastíssimo e muito díspar de conhecimentos”. Embora estas definições se confundam recorrentemente entre si, o que mostra a ambiguidade de ambas (os argumentos para defender uma ou outra são por vezes os mesmos o que não deixa de ser

extraordinário), *conservador* está para uns ligados à formação (de carácter mais teórico) e *museólogo* a uma componente mais prática; mas para outros é precisamente o oposto (o *museólogo* formou-se na universidade e o *conservador* apenas conserva e trata fisicamente da colecção); o que é contudo interessante verificar é que na maioria das situações os profissionais reconhecem a existência das duas designações e separam-nas, separando-se a si próprios daquele *outro* ou *outros*, do qual ou quais se querem distinguir. A escolha de um dos dois termos é pois um pouco aquilo que cada um quer que seja, sendo que por detrás de cada um deles estão *homologias* profissionais que situam cada actor num universo próprio de afinidades e equivalências (Bourdieu, 1979). A discussão entre estes dois termos está assim muito ligada à própria história da formação em museologia, e ao facto de ter havido uma interrupção dos cursos (que passam de dentro dos museus – *formação de conservadores* - para fora - designação de *museólogo*), durante um período de tempo longo que conduziu a um desfasamento entre gerações, distinguindo a *geração dos conservadores* das que se seguiram.

Procurámos, assim, com a presente comunicação reflectir, ainda que sumariamente, sobre trajectórias pessoais e representações institucionais e sociais de um conjunto de profissionais, a partir do interior do campo da produção dos museu portugueses .

Obras citadas

- BECK, Ulrich, 1992. *Risk Society. Towards a New Modernity*. Sage Publications. Londres.
- BOURDIEU, Pierre. 1979. *La Distinction, critique sociale du jugement*. Les Éditions de Minuit. Paris.
- BOURDIEU, Pierre. 1990. "Sobre a Televisão". Celta. Oeiras.
- CARAPINHEIRO, Graça e RODRIGUES, Maria de Lurdes, 1998. Profissões: Protagonismos e Estratégias, in Viegas, José Manuel Leite e Costa, António Firmino da, (orgs.) 1998. "Portugal que Modernidade?", Celta. Oeiras.
- DUBOIS, Vincent, 1999. *La Politique Culturelle, Gènese d'une Catégorie d'Intervention Publique*. Berlin ed.
- FOUCAULT, Michel. 1976, 1994. *História da Sexualidade- I, A vontade de saber*. Lisboa. Relógio D'Água.
- FREIDSON, Eliot, 1986. *Professional Powers. A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*. Chicago e Londres. The University of Chicago Press.
- LARSON, M. S. 1977. *The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis*. University of California Press. Londres.
- LOPES, Noémia. 1994. *A Recomposição dos Saberes, Ideologias, e Identidades de Enfermagem. Estudo Sociológico em Contexto Hospitalar*. Tese de Mestrado apresentada no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Não publicada.
- MACDONALD, Keith M. 1995. "The Sociology of Professions". Sage Publications. Londres.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes. 1997. *Sociologia das Profissões*. Celta. Oeiras.
- VIEIRA, Ricardo. 1999. "Histórias e Vida e Identidades - Professores e Interculturalidade". ed. Afrontamento. Porto.
- WILLIAMS, Raymond. 1961. *The Long Revolution*. Chatto and Windus, Londres.